

ADIMB

**Agência para o Desenvolvimento e
Inovação do Setor Mineral Brasileiro**

Clipping n° 33/2022

**O conteúdo das matérias é de inteira
responsabilidade
dos meios de origem.**

28 de setembro de 2022

SimeXmin

X SIMPÓSIO BRASILEIRO DE EXPLORAÇÃO MINERAL X BRAZILIAN SYMPOSIUM ON MINERAL EXPLORATION

27 A 30 DE NOVEMBRO DE 2022

OURO PRETO/MG PARQUE METALÚRGICO

Inscrições Abertas!

CONFIRA A
PROGRAMAÇÃO
COMPLETA!



O Simpósio Brasileiro de Exploração Mineral - SIMEXMIN é o evento técnico-científico de maior relevância organizado pela Agência para o Desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral Brasileiro – ADIMB, pois é o fórum de referência para o desenvolvimento da pesquisa mineral do Brasil.

O X SIMEXMIN será realizado presencialmente na cidade de Ouro Preto (MG) no período de 27/11 a 30/11/2022 e trará doze sessões temáticas com palestras de profissionais da indústria, da academia e do governo, além de especialistas de nível internacional, que abrangerão aspectos técnicos, econômicos, políticos, de investimentos e legais, sociais, ambientais e de governança, intrinsecamente relacionados à pesquisa mineral e mineração no Brasil.

Concomitantemente às sessões temáticas ocorrerá a ExpoSIMEXMIN 2022, um ambiente de estandes onde empresas privadas e instituições públicas terão a oportunidade de expor seus produtos e serviços, realizar negócios, assim como compartilhar experiências, avanços e desafios institucionais na pesquisa mineral e mineração brasileira.

ADIMB.ORG.BR/SIMEXMIN2022

Promoção



Patrocinador Diamante



Patrocinador Ouro



Patrocinador Prata:



Patrocinador Cobre:



Apoio Institucional



Bemisa terá terminal em Suape para projeto integrado com mina e ferrovia

A mineradora Bemisa, do grupo Opportunity, assinou na segunda-feira (26) contrato no valor de R\$ 184 milhões para arrendar uma área de no complexo portuário de Suape, onde pretende instalar terminal de granéis sólidos com investimento estimado em R\$ 1,5 bilhão.

O empreendimento faz parte de um projeto integrado maior, que inclui ainda uma mina de minério de ferro no Piauí e uma ferrovia para substituir o que seria a Transnordestina no trecho pernambucano, com 717 km. Os três projetos somam mais de R\$ 10 bilhões em investimentos, sendo cerca de R\$ 5,7 bilhões referente apenas a parte ferroviária.

O contrato de arrendamento da área de 57,8 hectares é válido por 30 anos e foi assinado com o governo de Pernambuco. O terminal em Suape terá capacidade de recebimento e embarque de 50 mil toneladas de minério por dia, além de potencial para estocagem de 780 mil toneladas no pátio. Quando estiver em funcionamento, o terminal deve empregar diretamente 400 pessoas.

O projeto da Bemisa se apresenta como alternativa à parte da obra original da Transnordestina. Iniciada em 2006, a ferrovia ficou pronta apenas pela metade - o trecho que passa pelo Ceará - sob comando da CSN.

Luís Vidal, integrante do conselho da Bemisa, diz que a ideia é desfazer o nó regulatório, melhorando a segurança jurídica, e com isso, reduzir riscos do projeto para atrair mais investidores com interesse em usar o modal ferroviário para escoar produções via Suape.

A Bemisa e o governo de Pernambuco começaram a discutir alternativas para destravar a Transnordestina em 2019. Em dezembro, a empresa conseguiu permissão do Ministério da Infraestrutura para construir uma ferrovia partindo de Eliseu Martins (PI) e percorrendo interior de Pernambuco com traçado semelhante ao da Transnordestina.

Segundo Vidal, o projeto é vertical e as suas três partes (mina, ferrovia e terminal) são interdependentes. “A eleição é um passo importante para gente saber como vai ser o posicionamento do governo federal em relação a tudo isso. Os investidores também vão responder ao novo governo e a gente vai ser capaz de atrai-los mais rapidamente ou não”, afirma Vidal.

O governador Paulo Câmara (PSB) disse que o projeto da Bemisa pode ser uma solução estruturada para diversos arranjos produtivos na região Nordeste. O presidente do Porto de Suape, Roberto Gusmão, destacou os grãos do Matopiba, as frutas do Vale do Rio São Francisco e o polo gesseiro do sertão pernambucano.

Fonte: Valor Econômico

Data: 27/09/2022

Mineração investe em energia renovável com foco no ESG

Empresas da mineração baiana reconhecem as potencialidades do estado para a produção de energia de fontes renováveis e estão incluindo em seus planejamentos estratégicos o uso dela em suas operações. No início deste mês, o Brasil ultrapassou os 185 gigawatts (GW) na capacidade de geração de energia. Desse total em operação, mais de 80% são provenientes de fontes renováveis: eólica, solar e hídrica. As informações são da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que destacou a Bahia como o estado que tem maior expansão na capacidade de geração elétrica com 671,67 megawatts (MW), na frente de Minas Gerais (610,40 MW) e do Rio Grande do Norte (521,14 MW) - são as usinas solares e eólicas que respondem pela maior parte da expansão.

“São inegáveis os diferenciais da Bahia quando se trata das possibilidades de crescimento da mineração sustentável. A geração e consumo de energia a partir de fontes renováveis é um caminho estratégico para mineradoras que atuam aqui no estado. Porque, assim, as empresas aumentam a implementação de práticas correspondentes aos critérios ESG (Meio Ambiente, Responsabilidade Social e Governança) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com colaboração no enfrentamento do aquecimento global e na redução das emissões de carbono. Inclusive, essas ações são decisivas para o mercado de investimento mundial”, diz o presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Antonio Carlos Tramm.

Energia solar será usada na produção de níquel

O Appian Capital Brazil, fundo de investimentos responsável pelas operações da Atlantic Nickel na Mina Santa Rita, em Itagibá - através de um contrato de arrendamento firmado com CBPM -, tem um projeto para a utilização de energia solar nas atividades da mineradora, única produtora de níquel sulfetado do país. Na primeira fase do projeto serão investidos 100 milhões de reais e o valor pode chegar até 350 milhões nas fases seguintes.

“O projeto ainda está em estudo de viabilidade, porém existe uma expectativa de uma taxa de retorno em torno de 12% ao ano. Esse é um investimento com retorno abaixo das operações de mineração, portanto aplica-se a ele o conceito de ‘adicionalidade’ do Protocolo de Kyoto, ou seja, a empresa não visa retornos ou lucros ao executá-lo (visto que existem melhores alternativas de uso do capital), mas o faz pelo benefício de ESG (Meio Ambiente, Responsabilidade Social e Governança)”, explica o CFO do Appian Capital Brazil, Milson Mundim.

De acordo com a empresa, o que motivou o projeto é o engajamento nas ações de preservação ambiental para as futuras gerações, além do potencial de economia e a diminuição da pegada de carbono da produção do níquel, que é considerado um metal verde (insumo utilizado na fabricação de baterias para veículos elétricos).

A geração de emprego também é um benefício para a região. A Atlantic Nickel deve criar 200 novas vagas na fase de implantação do projeto e 20 para a operação.

A FERBASA é pioneira

Não é de hoje que já existe a implementação de fontes de energia renovável no setor mineral da Bahia. A FERBASA (Companhia de Ferro Ligas da Bahia), que tem um lastro industrial de mais de seis décadas, adquiriu em 2018 o Complexo Eólico BW Guirapá, localizado no município de Caetité, na Região Sudoeste. Com capacidade instalada de 170 MW, sete parques para produção de energia limpa e renovável irão atender parte do consumo próprio da FERBASA, a partir de 2036, quando se encerra o atual contrato de fornecimento celebrado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

“A FERBASA abriu um precedente e mostra que a visão de negócios de médio e longo prazo podem incluir, de forma estratégica, investimentos em cadeias produtivas sustentáveis. A contribuição ambiental da energia eólica é indiscutível, sem contar a geração de emprego e renda numa atividade com objetivos que ultrapassam a esfera dos benefícios locais, são verdadeiros legados para as próximas gerações. Com a geração de energia limpa, a FERBASA é um exemplo a ser seguido”, destaca Tramm.

Para José Nunes, secretário de Desenvolvimento Econômico, quando as empresas passam a utilizar energia a partir de fontes renováveis acabam gerando um sinal positivo diante do mercado internacional e benefícios para a exportação de produtos.

“Dada às exigências crescentes, tanto na União Européia, quanto nos Estados Unidos, do uso de energias renováveis como uma das formas de descarbonizar as atividades produtivas, existe uma grande tendência de substituição da energia de fonte fóssil por renováveis. Tal fato pode facilitar as exportações baianas da indústria química e dos produtos da minero-indústria”, aponta o secretário.

A Bahia é destaque em energia limpa

A Bahia é líder nacional da geração de energia eólica e solar, de acordo com o informe da Coordenação de Fomento à Indústria de Energias Renováveis, da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, atualizado em setembro. O estado tem 241 usinas de energia eólica em operação (6.252 MV de potência), que beneficiam 23 cidades. Os especialistas explicam que a Bahia se destaca porque possui melhores ventos constantes, estáveis e unidirecionais, além do potencial para parques híbridos (eólica e solar), entre outras coisas.

“Vale salientar que o estado possui os melhores ventos do Brasil com altíssimos fatores de capacidade, ou seja, o índice de aproveitamento da energia dos ventos, com valores médios de 55%, chegando em muitos casos a valores acima de 80%. Com base nos dados da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), no mês de julho de 2022 a Bahia gerou cerca de 2.616 GWh (gigawatt-hora) de energia por fonte eólica e 257 GWh por fonte solar”, destaca o secretário José Nunes.

Com relação à energia solar os diferenciais da Bahia são: o potencial para geração distribuída, excelentes níveis de irradiação, variação entre faixas de irradiação anual e geração centralizada. Atualmente, o estado possui 41 usinas de energia solar, que beneficiam oito municípios.

Fonte: Correio

Data: 26/09/2022

Valor ECONÔMICO

Como a tecnologia brasileira está reciclando baterias de lítio

Para os consumidores, levar o celular usado até um ponto de descarte parece o fim do aparelho. Para os responsáveis pela reciclagem de equipamentos eletrônicos, no entanto, é o começo de uma jornada que até pouco tempo atrás só terminava na Bélgica ou na Coreia do Sul. É que sem tecnologia para tratar as baterias de lítio — que equipam smartphones e notebooks, entre outros dispositivos — o Brasil precisava exportá-las para esses países, onde eram queimadas. Mas as coisas mudaram.

Agora, as baterias percorrem um trajeto bem mais curto e menos dispendioso até São João da Boa Vista, no interior de São Paulo, onde ficam as instalações da Energy Source. Fundada em 2016, no próprio município, a companhia desenvolveu um processo de reciclagem que dispensa a queima das baterias e, por isso, tem emissão zero de carbono.

A Energy Source segue o conceito de economia circular, cujo objetivo é estender a vida útil dos produtos para reduzir a extração de matéria-prima da natureza.

A empresa deu os primeiros passos com atividades de reuso ou “segunda vida”, que visam dar uma finalidade diferente da original a baterias cuja capacidade está esgotada ou perto disso.

Em 2019, a direção da Energy Source percebeu que havia uma lacuna no segmento de reciclagem e começou a buscar uma solução para suprir essa ausência. Na reciclagem, as baterias são destruídas e os metais, recuperados. O resultado do esforço veio um ano depois, quando a empresa registrou a patente de uma tecnologia desenvolvida em parceria com a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).

A reciclagem proporciona um índice de aproveitamento maior que o da extração do material na natureza, afirma David Noronha, cofundador e CEO da Energy Source. São necessários 100 quilos de minério para extrair 1,61 quilo de lítio, ao passo que, com a reciclagem, a cada 100 quilos de material são recuperados 7 quilos de óxido de lítio. “É por isso que nos definimos como uma mineradora urbana”, diz o empresário.

No Brasil, o processo de logística reversa de produtos eletrônicos e pilhas é feito pela Green Eletron, que não tem fins lucrativos. Criada em 2016 pela Abinee, a associação dos fabricantes de eletroeletrônicos, a organização é responsável por coletar os aparelhos e encaminhá-los aos parceiros de reciclagem.

Entre 2017 e o ano passado, a Green Eletron coletou 1,3 mil toneladas de dispositivos eletrônicos. No caso das pilhas, cujo trabalho de reciclagem foi assumido pela organização em 2018, o total soma 2 mil toneladas desde então, informa Ademir Brescansin, gerente executivo da entidade.

Um acordo setorial fechado com o Ministério do Meio Ambiente em 2019 estabelece as metas de reciclagem de produtos eletrônicos no país. Está previsto aumento gradual no volume do material a ser reciclado nos próximos anos — 1% de tudo o que foi fabricado em 2021; 3% neste ano; 6% no ano que vem; 12% em 2024; e 17% em 2025. Os postos de recolhimento, que atualmente somam mil pontos em 220 cidades, precisam chegar a 5.050, distribuídos por 450 municípios, até o ano de 2025.

Um dos principais empecilhos ao avanço da reciclagem de eletrônicos no país é o desconhecimento do assunto pela população, diz Brescansin. Quase 90% dos brasileiros mantêm guardados na gaveta celulares e outros dispositivos eletrônicos que já não usam mais, cita o especialista, com base em uma pesquisa feita pelo Instituto Radar Brasil. Os aparelhos ficam esquecidos por um bom tempo: mais de um ano para 30% dos consumidores.

O levantamento também mostra que 33% das pessoas só relacionam a expressão “lixo eletrônico” às práticas de spam e às mídias sociais, e que 71% dizem não encontrar informação suficiente sobre o assunto.

“O consumidor ainda não percebeu os benefícios [da reciclagem] para o ambiente e a economia proporcionada pelas técnicas de reaproveitamento”, afirma o gerente executivo da Green Eletron.

As baterias de lítio têm ocupado cada vez mais espaço no esforço de reciclagem à medida que seu uso se dissemina na manufatura. A nova fronteira é a dos automóveis elétricos.

Pressionadas a parar de fabricar veículos a combustão entre 2030 e 2040 na maioria dos países europeus, as montadoras estão investindo nos carros a bateria, o que está provocando uma corrida pelo lítio, entre outros recursos naturais.

A previsão da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês) é que 50 minas de lítio terão de ser abertas até 2030 para que a indústria automobilística atinja suas metas.

Como todo esse material terá de ser descartado em algum momento, a demanda acelerada desperta preocupações sobre a reciclagem baterias.

Uma das questões é a segurança dos usuários. Em geral, as baterias de lítio não são perigosas quando estão dentro de um aparelho. Mas é preciso que sejam corretamente armazenadas e transportadas após seu descarte, de maneira a evitar o risco de que sejam perfuradas e explodam, alerta Brescansin.

A estratégia da Energy Source é estabelecer uma frente única para o tratamento das baterias sob os chamados três “Rs”: reuso, reciclagem — alvo do acordo com a Green Eletron — e reparo.

No caso de reuso está um projeto que a Energy Source anunciou em abril, em parceria com a BMW e a WEG. O sistema utiliza 24 módulos de baterias retiradas do modelo BMW i3, que é elétrico, e os integra a 18 painéis solares da WEG. O resultado é uma estação de recarga para veículos elétricos inédita no mundo e que está em teste na fábrica da montadora alemã em Araquari (SC).

Neste ano, a Energy Source ingressou na terceira vertente, a de reparo. As baterias são corrigidas e voltam a ser empregadas em sua finalidade original. No caso dos carros elétricos, retornam aos veículos. A Renault tornou-se, recentemente, a primeira cliente do centro de diagnóstico e reparo aberto pela companhia.

Como muitas empresas de tecnologia, a Energy Source nasceu numa garagem. O espaço, de 10 metros quadrados, ficava na casa do cofundador e ex-sócio Peter Matthiessen, conta Noronha. As instalações foram ampliadas várias vezes e, atualmente, ocupam uma área de 4,5 mil metros quadrados.

Não há planos para construir centros semelhantes em outras partes do país porque, por enquanto, o volume interno não justificaria o investimento, afirma o CEO da Energy Source.

A companhia já começou, porém, a explorar as oportunidades de internacionalização: abriu uma operação no Paraguai, onde pretende estabelecer uma central para os demais mercados da América Latina. Um dos motivos que levou à escolha do país para estabelecer a base regional é a legislação, que é mais flexível que a brasileira, explica Noronha.

Os esforços de internacionalização serão financiados com os recursos obtidos pela Energy Source este ano em sua primeira rodada de captação. A empresa recebeu aporte, de valor não revelado, do fundo Commitment Equity Partners. O plano, afirma Noronha, é usar os recursos para acelerar o ritmo de crescimento.

Fonte: Valor Econômico

Data: 25/09/2022



Áreas de garimpo superam as da mineração industrial no Brasil, mostra estudo

Áreas exploradas pelo garimpo dobraram em quase uma década, chegando a 196 mil hectares em 2021, e mais de 90% estão na Amazônia.

Um estudo baseado em imagens captadas por satélites concluiu que as áreas de garimpo no Brasil já superam as da mineração industrial.

Do alto é fácil identificar as áreas de mineração; quase metade da extração industrial de todo país é feita em Minas Gerais. O pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais, Bruno Antônio Manzolli, explica que o setor tem que cumprir uma legislação rígida para reduzir o impacto da extração de minerais como ferro e alumínio, importantes para o desenvolvimento da economia.

“Essas leis são no sentido de fazer com que toda a produção em uma mina industrial, uma mina de larga escala, seja de certa maneira sustentável. No sentido de que toda produção daquele local seja revertido em desenvolvimento para região. Existe leis mais rígidas no sentido, tanto no licenciamento ambiental, quanto na parte minerária da operação”.

Um levantamento da ONG MapBiomas revela que áreas exploradas por grandes empresas já não são predominantes no Brasil. Outro tipo de exploração, mais rudimentar e extremamente danosa ao meio ambiente, ultrapassou a mineração industrial. O garimpo é a atividade mais presente no país.

As áreas exploradas pelo garimpo dobraram em pouco mais de uma década, chegando a 196 mil hectares em 2021 - e mais de 90% estão na Amazônia.

Em 12 anos, a exploração, principalmente de ouro, cresceu mais de 600% em áreas indígenas e 350% em unidades de conservação.

Uma realidade que, para o coordenador do estudo, tem que ser, de fato, encarada pelas autoridades.

“Infelizmente, a mineração por garimpo é absurdamente irresponsável do ponto de vista de preservação do meio ambiente, ou da mitigação dos impactos em meio ambiente. A gente tem um problema político consolidado no país. O país sabe dos garimpos amazônicos há muito tempo e, sistematicamente, escolhe não fazer nada com eles”, aponta César Guerreiro Diniz.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública declarou que prendeu 37 pessoas este ano e apreendeu 53 toneladas de minérios em operações contra o garimpo ilegal.



Clique na imagem para assistir o vídeo

Fonte: Jornal Nacional
Data: 27/09/2022

Setor de mineração do Equador está atento aos diálogos entre governo e movimentos indígenas

O setor de mineração equatoriano aguarda negociações entre o governo e grupos indígenas – essenciais para o desenvolvimento de vários projetos, conforme disse à BNamericas o vice-presidente da câmara de mineração da província de Bolívar, Daniel Alegría.

As negociações começaram após os acordos firmados em 30 de junho para encerrar uma greve de 18 dias, e as subsequentes estão registradas em ata assinada entre as partes em 9 de setembro.

Nos primeiros diálogos entre as partes, a atenção se concentrou em uma série de regulamentações que regem, por exemplo, as áreas protegidas.

“O Ministério do Meio Ambiente tem quase todas as respostas para a incerteza gerada após o acordo e para as propostas do setor indígena”, afirmou Alegría.

O dirigente frisou que houve sempre uma trava para essas áreas, uma vez que, quando o cadastro mineiro estava aberto, não havia a opção de solicitar áreas em áreas protegidas.

Como parte dos acordos contemplados na lei de 9 de setembro, o governo prometeu não conceder novos títulos minerários enquanto não houver lei de consulta prévia e for criada uma comissão técnica para tratar da questão das consultas ambientais.

Alegría acrescentou que, enquanto o registro mineiro – fechado em 2018 – não for aberto, não poderão ser concedidos novos títulos.

CRESCER MINERAÇÃO ILEGAL

Enquanto o governo e os grupos indígenas estão envolvidos em difíceis negociações, a mineração ilegal ganha terreno, alertou Alegría.

“Estamos vendo como a mineração ilegal se desenvolve e terá consequências muito mais adversas do que vimos no passado. Este pode ser o início de um iceberg que não pode ser controlado por falta de capacidade técnica operacional”, comentou. “Com a proibição de novos títulos, isso não se resolve.”

Ele indicou que os efeitos dos acordos não podem ser retroativos de forma alguma, portanto não devem afetar os projetos em andamento ou aqueles que o país possui em diferentes estágios de exploração. Também enfatizou ser necessário que todos os acordos sejam claros e específicos, para evitar a possibilidade de má interpretação por parte das comunidades indígenas que se opõem à atividade de mineração.

Se a ambiguidade existente no ato de 9 de setembro for mantida, a segurança jurídica poderá ser afetada no futuro, o que afugentará o investimento e o Equador perderá a oportunidade que tem de colocar seu setor de mineração na vanguarda da região, concluiu Alegria.

Fonte: bnamericas

Data: 28/09/2022



Komatsu vai instalar sede em Contagem

A Komatsu, segunda maior fabricante do mundo de maquinários para a construção civil e mineração, vai construir uma nova sede em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Somente as obras de implantação da unidade irão demandar cerca de R\$ 120 milhões em investimentos. O projeto está em fase de revisão e a expectativa é iniciar as obras no primeiro semestre de 2023 e a operação em 2024.

A confirmação da instalação definitiva do grupo em Contagem ocorreu na última semana, durante reunião dos representantes da Komatsu com a prefeita do município, Marília Campos.

De acordo com as informações da Prefeitura de Contagem, o grupo Komatsu tem 227 subsidiárias, sendo 16 no Japão e 211 espalhadas pelo mundo. Em Minas Gerais, são três unidades, sendo duas em Belo Horizonte e uma em Lagoa Santa. O faturamento global anual da Komatsu gira em torno de R\$ 100 bilhões.

O secretário municipal de Desenvolvimento Econômico de Contagem, René Vilela, ressalta que a instalação da unidade no município é importante e que irá fortalecer a cadeia produtiva de Contagem.

“A Komatsu é uma empresa muito sólida, com 102 anos, e que já tem, em Contagem, os seus principais fornecedores, então, irá fortalecer as cadeias produtivas aqui do município. Ela vai integrar as três unidades já localizadas em Minas, sendo duas em Belo Horizonte e uma em Lagoa Santa, e irá atender o Brasil no segmento de mineração. Contagem passa a ter todo um polo de prestação de serviços especializados”.

Ainda segundo Vilela, a empresa investirá cerca de R\$ 120 milhões na implantação da unidade. No valor, não estão inclusos aportes em máquinas e equipamentos. Serão em torno de 650 empregos diretos gerados.

A escolha de Contagem para sediar a unidade ocorreu devido a localização geográfica estratégica do município, que é entrecortado pelas principais rodovias que se conectam com todas as regiões do País, e a oferta de mão de obra qualificada.

“Associado ao nosso polo industrial, temos um polo logístico crescente e muito forte. Além disso, o poder público tem feito um grande esforço para modernizar a gestão para garantir um ambiente mais favorável a novos investimentos, tem modernizado o licenciamento e tem tratado os projetos estratégicos de uma forma diferenciada. Acho que esse conjunto de iniciativas tem sido importante para que as empresas, como a Komatsu e outras grandes, escolham Contagem”.

O projeto de instalação da unidade já foi elaborado e está em processo de revisão. A expectativa é que a empresa dê entrada no processo de licenciamento ainda em outubro.

“Já reunimos nosso time, os secretários responsáveis pelas áreas de licenciamento para que seja feito um trabalho integrado. A expectativa é de que as obras sejam iniciadas ainda no primeiro semestre de 2023 e que a operação da unidade ocorra no primeiro semestre de 2024”.

Manutenção

A sede de Contagem da Komatsu fará a manutenção e reparo de caminhões e outros equipamentos voltados para a mineração em Minas Gerais e também na região Norte do País.

“A Komatsu faz a manutenção e serviços em caminhões voltados para a mineração que pesam mais de 320 toneladas, então, são peças muito grandes que demandam uma estrutura logística especial que Contagem oferece. Além disso, a gente também conta com recursos humanos altamente capacitados na indústria automotiva”.



Fonte: Diário do Comércio

Data: 27/09/2022

MME/SGM realiza leilão para cessão de três áreas

O Ministério de Minas e Energia/ Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (MME/SGM), por meio do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM), publicou os editais de cessão de direitos minerários das áreas de Caulim do Rio Capim (PA), Cobre de Bom Jardim de Goiás (GO), e Fosfato de Miriri (PB/PE).

A iniciativa reforça o compromisso do MME/SGM com o desenvolvimento da mineração brasileira, ao permitir que o setor privado participe do processo de pesquisa e estudos sobre os depósitos. O leilão será realizado em 07 de dezembro de 2022, em Brasília (DF), a partir das 10h. O diretor de Geologia e Recursos Minerais do SGB-CPRM, Marcio Remédio, destacou a importância da publicação para o fomento do setor mineral e para a geração de emprego e renda nas localidades. O diretor, recentemente, participou de um painel sobre ativos minerários, durante a Exposibram 2022, onde convocou as empresas para participarem dos leilões.

O projeto Fosfato de Miriri envolve um conjunto de áreas na região costeira de Paraíba e Pernambuco, com cerca de 45 km no sentido norte-sul - ao sul da cidade de João Pessoa. O projeto abrange os municípios de Alhandra e Pedra do Fogo, na Paraíba, e Goiana, em Pernambuco. As pesquisas minerais realizadas pelo SGB-CPRM indicaram um potencial de 102,9 milhões de toneladas de minério fosfatado. O projeto foi qualificado pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e são sete processos minerários que totalizam 6.112,18 hectares com 115 milhões de toneladas de minério de fosfato e com teor médio de 4,19% de P2O5.

Já o edital sobre o Cobre de Bom Jardim trata de um ativo minerário de 1.000 hectares que apresenta estudos detalhados da mineralização e recursos calculados em 4,5 milhões de toneladas de minério. O leilão é destinado à Cessão de Direitos Minerários para celebração de contrato de promessa de cessão e, posteriormente, a cessão definitiva dos direitos minerários.

Por último, o edital para cessão de área de caulim, no município de Ipixuna do Pará (PA) corresponde a duas áreas pesquisadas: Bloco Sul e Bloco Norte, com 10.000 hectares de área. No Bloco Norte são estimados 574 milhões de toneladas e no Bloco Sul o total de recursos foi de 218 milhões de toneladas de minério que corresponde a um volume total de aproximadamente 800 milhões de toneladas de caulim.

Os interessados podem acessar os editais de licitação e os estudos do SGB nas áreas a serem licitadas pelo link

<https://www.cprm.gov.br/publique/Acesso-a-Informacao/Leiloes-dos-Ativos-Minerarios-do-SGB-6571.html>.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 26/09/2022

ANM concede 8 autorizações para pesquisa de diamante no Pará

A Agência Nacional de Mineração (ANM) já concedeu neste ano de 2022 ao menos oito autorizações para pesquisa de diamante no estado do Pará. Entre os municípios alvo dos projetos, destacam-se Monte Alegre e Alenquer, ambos na região oeste do Estado. Enquanto a primeira cidade aparece em quatro documentos, a segunda consta em três. Conforme noticiou o portal O Liberal, a autorização concedida pela ANM para os oito projetos tem duração de três anos.

A primeira empresa à qual a ANM concedeu licença este ano foi a Cooperativa Fênix Agromineral Cofam. Embora a autorização tenha saído no dia 5 de janeiro, a pesquisa só teve início no dia 15 de fevereiro. Além do diamante, a companhia também pediu à ANM licença para pesquisar cassiterita, ametista, minérios de nióbio, paládio e ouro.

A Cooperativa Fênix Agromineral Cofam recebeu outras duas autorizações por parte da ANM dois meses depois, para pesquisa em Monte Alegre, referente aos mesmos minérios. No mesmo mês a empresa iniciou a atividade.

Ainda no mês de janeiro, a ANM concedeu autorização à Tereza Raquel Soares Lorenzoni para pesquisa de gema de diamante em Altamira durante o período de três anos. No mês de fevereiro as atividades começaram.

Já no mês de março foi a vez de Antônio da Silva Almeida Junior receber a autorização da ANM para pesquisa de diamante em Alenquer e outro alvará, no mesmo mês, para pesquisa nos municípios Alenquer e Monte Alegre.

No mês de junho, a companhia Ourocan Serviços de Apoio e Logística Para Mineração Ltda. recebeu a sua autorização da ANM para pesquisar diamante (gema), estanho, nióbio, tântalo, zinco e ouro no município de São José Porfírio, no Pará. A empresa ainda não deu início às atividades.

Por fim, em agosto deste ano, Igor Vinicius Gonçalves da Silva recebeu autorização para a pesquisa de diamante (gema) em Conceição do Araguaia. As pesquisas ainda não tiveram início.

Conforme consta no site da ANM, a autorização de pesquisa “é um regime de aproveitamento mineral em que são executados os trabalhos voltados à definição da jazida, sua avaliação e a determinação da exequibilidade de seu aproveitamento econômico”. Além disso, a pesquisa mineral é, em geral, localizada e temporária. Ou seja, há prazo para que ela seja iniciada e finalizada e não ocupa o imóvel/terreno.

Fonte: Minera Brasil

Data: 26/09/2022

Projeto de produção de níquel é habilitado na Política Pró-Minerais Estratégicos

O Comitê Interministerial de Análise de Projetos de Minerais Estratégicos (CTAPME) habilitou na Política Pró-Minerais Estratégicos o “Projeto Araguaia”, da empresa Araguaia Níquel Metais Ltda.

A decisão foi tomada na sétima Reunião Ordinária do CTAPME realizada na última terça-feira (20/09).

De acordo com a empresa Araguaia Níquel, a planta industrial deve atingir a capacidade total de produção de cerca de 900 mil toneladas de minério seco por ano, produzindo aproximadamente 52 mil toneladas de ferroníquel, contendo 14.500 toneladas de níquel por ano.

Com isso, a expectativa é que o empreendimento colabore de forma significativa para o aumento da reserva e da produção brasileira de níquel. Além disso, o projeto de investimento inicial de US\$ 504 milhões deve gerar 500 empregos diretos e 3 mil postos de trabalhos indiretos, aproximadamente.

Estima-se, ainda, que o empreendimento da Araguaia Níquel gere uma arrecadação de tributos na ordem de R\$ 2 bilhões.

Política Pró-Minerais Estratégicos

A Política Pró-Minerais Estratégicos, qualificada no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), pelo Decreto nº 10.657/2021, tem como objetivo selecionar projetos para o desenvolvimento do País e promover a articulação entre os órgãos do governo no sentido de unir esforços para a implantação de modo a ampliar a produção nacional de minerais estratégicos em bases ambientalmente sustentáveis.

O objetivo é garantir o suprimento de bens minerais dos quais o Brasil depende de importação. A meta, segundo o Ministério de Minas e Energia, é manter a posição de grande produtor e exportador de bens minerais e permitir que o Brasil ocupe novos espaços, para tornar-se importante player em novas cadeias minerais, com forte demanda prevista a longo prazo.

Fonte: Minera Brasil

Data: 23/09/2022

Receitas de fosfato e potássio crescem em agosto

A Mosaic aumentou o volume de vendas de potássio de 610 mil de toneladas em agosto de 2021 para 848 mil toneladas em agosto deste ano. Em receita, a companhia conseguiu ampliar na mesma base de comparação, de US\$ 196 milhões para US\$ 576 milhões. Na área de fosfatos, as vendas, em volume, passaram de 666 mil toneladas, em agosto de 2021, para 699 mil toneladas em agosto deste ano. Em receita, a Mosaic registrou alta, passando de US\$ 465 milhões para US\$ 672 milhões na comparação entre agosto de 2021 e o mesmo mês de 2022.

A Mosaic Fertilizantes registrou queda no volume de vendas de 1,134 milhão de toneladas em agosto do último ano para 970 mil toneladas para agosto deste ano. Em contrapartida, a receita aumentou de US\$ 602 milhões, em agosto de 2021, para US\$ 939 milhões no oitavo mês de 2022. As receitas e toneladas apresentadas são as vendas reconhecidas no período e não refletem as condições atuais de mercado devido à defasagem entre a precificação e o reconhecimento da receita.

A Mosaic espera que os volumes de vendas de potássio do terceiro trimestre estejam próximos do limite acima do guidance anterior, entre 1,9 milhão e 2,1 milhões de toneladas, enquanto os preços FOB MOP devem estar em linha com os preços realizados durante o segundo trimestre de 2022. A empresa espera também que os volumes de vendas de fosfato no terceiro trimestre estejam no limite inferior do guidance previamente orientado, entre 1,7 milhão e 2 milhões e toneladas, com os preços DAP em base FOB aproximadamente de US\$ 100 por tonelada mais baixos do que os preços realizados durante o segundo trimestre.



Fonte: Minera Brasil

Data: 26/09/2022

Wendell Mesquita assume Gerência da ANM em Goiás

O engenheiro ambiental Wendell Montanaro Cardoso Mesquita assumiu nesta segunda-feira (26/9), a Gerência Regional da Agência Nacional de Mineração no Estado de Goiás, no lugar de Dagoberto Pereira Souza.

A posse de Mesquita foi prestigiada por diversas autoridades, entre elas, Tasso Mendonça Júnior, diretor da ANM nacional, que conduziu a transferência de cargo; o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, Sandro Mabel, que também preside o Conselho Temático de Mineração (Comin), da Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

Luiz Antônio Vessani, presidente do Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal (SIEEG-DF) e membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral e Mineração (ABPM), também esteve na posse de Mesquita, na sede da ANM em Goiânia.

Sandro Mabel destacou o potencial da mineração no Brasil, e em Goiás, e do trabalho conjunto que precisa ser intensificado em prol do setor. "Cidades inteiras se transformam e se desenvolvem graças à atividade da mineração. Precisamos colocar o setor mineral num ciclo de ampla expansão, com envolvimento de todas as entidades e poder público. Por isso estamos trabalhando pesado na formação de uma frente parlamentar que trate como prioridade o fortalecimento do setor no País," disse Mabel.



Fonte: Minera Brasil

Data: 27/09/2022

Copper production to show “strong and consistent” growth for next decade

A new study by Fitch Solutions Country Risk and Industry Research forecasts 7.3 million tonnes will be added to global copper production through 2031 as a raft of projects in Chile, China and Congo come online.

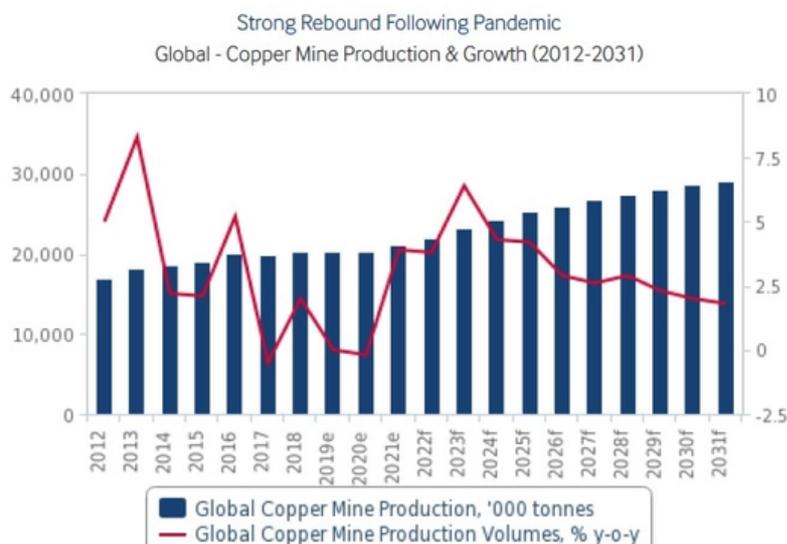
Fitch expects global copper mine production to increase by an average annual rate of 3.2% over 2022–2031, with annual output rising from 21.9mnt in 2022 to 29.2mnt by 2031 boosted by elevated copper prices and a positive demand outlook.

Chile

The market researcher says top producer Chile will show a slight decline in the short term due to ongoing drought affecting mines such as Anglo American’s Los Bronces and Antofagasta’s Los Pelambres operations, labour action at state-owned Codelco and unforeseen maintenance at Vale’s mines.

However, longer term the country, which is responsible for a quarter of global production, will experience strong growth led by large scale miners. BHP is adding substantially to Escondida’s output following the end of covid restrictions, Teck Resources’ Quebrada Blanca Phase 2 project is expected to complete construction around the end of 2022, while Codelco is undertaking a \$1.6 billion project to overhaul its Salvadore mine and add 47 years to its mine life.

“Downside risks to long-term production stem from the possibility of a mining sector tax, which President Gabriel Boric is pursuing. Nevertheless, given significant opposition in Congress to the original proposals, we expect the impact on output to be limited,” says Fitch.



China

Fitch expects Chinese copper mine production growth to slow sharply from an average growth rate of 6.9% over the past decade to 1.0% through 2031 due to the shutdown of low grade mines and delayed capacity expansions.

Ramp ups at new projects, including Yunnan Copper's Pulang mine and Zijin Mining's Qulong complex will offset declines elsewhere.

Peru

Fitch expects Peruvian output growth to slow dramatically in the near term from its earlier estimates due to community protests affecting key mines including MMG's Las Bambas and Southern Copper Corp's Cuajone mines. The authors of the report do not anticipate that annual production will reach pre-covid levels until 2024.

China will play an increasingly important role in Peru's copper sector, says Fitch, pointing to the country's Ministry of Energy and Mines forecast of a total of \$10.2 billion to be invested by Chinese firms in five mining projects over the next 10 years.

DRC

The Democratic Republic of the Congo, thanks mainly to Ivanhoe Mines and Zijin Mining's giant Kamo-a-Kakula mine expansion, will exceed annual production of 2 million tonnes for the first time next year and reach nearly 3 million tonnes in 2031. Glencore's restart of the Mutanda copper-cobalt mine and China Minmetals' Deziwa project, held with state-owned Gecamines will further add to the central African nation's strong growth.

Price slump

The copper price has been in retreat since hitting all-time highs in March and was last trading at \$3.28 a pound (\$7,230 a tonne) in New York, a 10-week low.

Fitch expects prices to average \$8,400 a tonne in 2023 and \$11,500 a tonne by 2031 as a long-term structural deficit emerges due to the very strong long-term demand outlook.



Fonte: Mining.com

Data: 27/09/2022

Finland plans new tax on mining

Finland's government plans to introduce a new tax on minerals extracted by the mining industry, the Nordic country's finance ministry said on Tuesday.

Some of the European Union's greatest known reserves of minerals used for batteries and other products are located in Finland where there are around 40 operational mines producing nickel, zinc, lithium, cobalt and gold among others.

Finland has thus far not collected taxes on minerals but the government now proposes introducing a royalty of 0.6% on the taxable value of metallic minerals and of 0.2 euros per extracted tonne for other minerals, the ministry said.

With the new tax, the government calculates it could collect annually some 25 million euros (\$24.1 million), with 60% of it to be directed to the municipalities where mines are located and 40% to the central government.

"The aim of the tax is to take into account the nature of mining minerals... as non-renewable natural resources and to direct a reasonable compensation for their use to the society," the ministry said in a statement.

The new tax, pending approval in Finland's parliament, is planned to take effect from the beginning of 2024.

(\$1 = 1.0376 euros)



BHP wants to expand presence in Peru, says executive

Global miner BHP wants to expand its presence in Peru through exploration of new projects, Rag Udd, who heads the company in the Americas, said on Tuesday at the Perumin mining conference.

Peru is the world's No. 2 copper producer and BHP is a part-owner of one of its largest copper mines, Antamina.

Udd added that BHP will invest \$12 million on exploration in the next 10 months and that it is evaluating six potential projects.

Despite falling prices in recent months, Udd said he remains optimistic about future demand for copper amid an energy transition away from fossil fuels.

“Peru has all the potential to grasp that opportunity and unleash a new positive cycle,” Udd said, adding the country has maintained “stable” macroeconomic fundamentals in recent years.

BHP is also the operator of the world's largest copper mine, Escondida in Chile.



Fonte: Mining.com

Data: 27/09/2022

Argentine state-run miners launch first-time lithium project

Units of Argentina's state oil firm YPF will next month begin lithium exploration in a first-ever entry into the sector by state-run miners as the government aims to benefit from surging demand for the battery metal, according to a statement on Monday.

Lithium prices have soared past \$70,000 per tonne this year as the major automakers scramble to secure more supply of the ultra-light metal to shift production from fossil fuel-burning engines to electric-powered vehicles.

YPF lithium units, YPF Litio and Y-TEC, announced in a statement on Monday the start of work on a 20,000-hectare area lithium prospecting project in Fiambala in western Catamarca province, a partnership with local mining firm Catamarca Minera y Energetica. The project seeks to identify the highest lithium concentrations in Fiambala salt flats.

The statement did not disclose how much they would invest in the project or the expected duration of the exploration phase.

Argentina's is the world's fourth biggest producer of the coveted white metal, with around 20 other lithium projects currently under development, according to Roberto Salvarezza, chairman of the boards of both YPF units, stressing that those are run by foreign or private miners.

"Now for the first time we have the possibility of a national company having a presence in obtaining the resource," Salvarezza is quoted as saying in the statement.

Argentina produces around 8% of global lithium, with neighboring Chile accounting for about 22%.

Argentina could significantly grow its lithium production given its status as the world's second largest lithium reserve, according to US Geological Survey estimates, with 19.3 million tonnes.

Only Bolivia holds more at 21 million tonnes, though it has for years struggled to get its state-run production off the ground.

The three South American countries account for more than half of estimated global reserves, mostly held in sprawling salt flats.

Fonte: Mining.com

Data: 26/09/2022

Nossos Contatos



contato@adimb.org.br



(61) 3326-0759



/company/adimb-oficial



adimb_oficial

Sede

Centro Empresarial Liberty

Mall Torre A, Sala 505

SCN Q.02 Bloco D

CEP : 70712903

Brasília/DF



ADIMB

Agência para o Desenvolvimento e
Inovação do Setor Mineral Brasileiro